

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE CRONOLÓGICO DA LEGISLAÇÃO (Normas Organizadas Cronologicamente)	13
LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR <i>ON-LINE</i>	17
▪ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	22
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – PROMULGADA EM 05 DE OUTUBRO DE 1988	24
ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS	101
EMENDAS CONSTITUCIONAIS	117
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DA CRFB/1988 E DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	140
▪ LINDB	
LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO – DECRETO-LEI N. 4.657, DE 04 DE SETEMBRO DE 1942	169
▪ CÓDIGO CIVIL	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO CIVIL	174
CÓDIGO CIVIL – LEI N. 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002	179
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO CIVIL	285
▪ CÓDIGO COMERCIAL	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO COMERCIAL	308
CÓDIGO COMERCIAL – LEI N. 556, DE 25 DE JUNHO DE 1850	309
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO COMERCIAL	329
▪ CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	334
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI N. 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015	338
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI N. 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015	344
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	428
▪ CÓDIGO PENAL	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO PENAL	456
LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI N. 3.914, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1941	458
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA NOVA PARTE GERAL DO CÓDIGO PENAL – LEI Nº 7.209, DE 11 DE JULHO DE 1984	459
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940	466
CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940	476
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO PENAL	514

▪ CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	530
LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.931, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1941	532
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	533
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 03 DE OUTUBRO DE 1941	538
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	597

▪ CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL	618
CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL – LEI N. 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966	620
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL	641

▪ CÓDIGO ELEITORAL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO ELEITORAL	646
CÓDIGO ELEITORAL – LEI N. 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965	647
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO ELEITORAL	677

▪ CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	680
CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – LEI N. 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990	681
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	695

▪ CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	700
CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997	701
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	743

▪ CÓDIGO FLORESTAL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO FLORESTAL	750
CÓDIGO FLORESTAL – LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012	751
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO FLORESTAL	766

▪ CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

ÍNDICE SISTEMÁTICO DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO	770
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO	774
CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO – DECRETO-LEI N. 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943	778
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO	858

▪ ESTATUTOS

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990	868
ESTATUTO DA CIDADE – LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001	894
ESTATUTO DA PESSOA IDOSA – LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003	900

ESTATUTO DO DESARMAMENTO – LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003.....	907
ESTATUTO DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE – LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006.....	912
ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL – LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010.....	936
ESTATUTO DA JUVENTUDE – LEI Nº 12.852, DE 05 DE AGOSTO DE 2013.....	940
ESTATUTO DA METRÓPOLE – LEI Nº 13.089, DE 12 DE JANEIRO DE 2015.....	945
ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015.....	947
ESTATUTO DA PRIMEIRA INFÂNCIA – LEI Nº 13.257, DE 8 DE MARÇO DE 2016.....	957
ESTATUTO JURÍDICO DA EMPRESA PÚBLICA, DA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA E DE SUAS SUBSIDIÁRIAS – LEI Nº 13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016.....	959
ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB – LEI Nº 8.906, DE 04 DE JULHO DE 1994.....	973
CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB – RESOLUÇÃO Nº 02/2015, DO CONSELHO FEDERAL DA OAB.....	983
▪ LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR	
LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR.....	991
▪ SÚMULAS, ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS E PRECEDENTES NORMATIVOS	
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO – SÚMULAS, OJS E PNS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES (STF – STJ – TST – TSE – STM).....	1514
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – SÚMULAS VINCULANTES.....	1537
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – SÚMULAS.....	1539
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – SÚMULAS.....	1553
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – SÚMULAS.....	1568
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO – SÚMULAS.....	1570
ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DO TRIBUNAL PLENO/ÓRGÃO ESPECIAL.....	1587
ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DA SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS – SDC.....	1588
ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DA SUBSEÇÃO 1 TRANSITÓRIA DA SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS.....	1589
ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DA SUBSEÇÃO 1 DA SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS – SDI-1.....	1592
ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DA SUBSEÇÃO 2 DA SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS – SDI-2.....	1605
PRECEDENTES NORMATIVOS.....	1610

ÍNDICE CRONOLÓGICO

Normas Organizadas Cronologicamente

▪ DECRETOS		LEI Nº 4.591, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1964 1006	
DECRETO Nº 22.626, DE 7 DE ABRIL DE 1933 992	<i>Lei de usura</i>	LEI Nº 4.717, DE 29 DE JUNHO DE 1965 1016	
DECRETO Nº 70.235, DE 6 DE MARÇO DE 1972 1024	<i>Processo administrativo fiscal</i>	LEI Nº 5.474, DE 18 DE JULHO DE 1968 1018	
DECRETO Nº 6.488, DE 19 DE JUNHO DE 2008 1344	<i>Lei Seca – regulamento</i>	LEI Nº 5.478, DE 25 DE JULHO DE 1968 1020	
DECRETO Nº 7.627, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011 1359	<i>Monitoração Eletrônica</i>	LEI Nº 5.584, DE 26 DE JUNHO DE 1970 1023	
DECRETO Nº 7.962, DE 15 DE MARÇO DE 2013 1382	<i>Comércio eletrônico</i>	LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973 1028	
DECRETO Nº 8.771, DE 11 DE MAIO DE 2016 1403	<i>Marco Civil da Internet – regulamento</i>	LEI Nº 6.019, DE 3 DE JANEIRO DE 1974 1052	
DECRETO Nº 8.858, DE 26 DE SETEMBRO DE 2016 1405	<i>Algemas</i>	LEI Nº 6.099, DE 12 DE SETEMBRO DE 1974 1053	
DECRETO Nº 9.830, DE 10 DE JUNHO DE 2019 1434	<i>LINDB – Regulamento arts. 20 a 30</i>	LEI Nº 6.385, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1976 1055	
DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019 1436	<i>Regulamentação do pregão</i>	LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976 1060	
DECRETO Nº 11.129, DE 11 DE JULHO DE 2022 1482	<i>Lei Anticorrupção – regulamento</i>	LEI Nº 6.515, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1977 1091	
▪ DECRETOS-LEI		LEI Nº 6.830, DE 22 DE SETEMBRO DE 1980 1093	
DECRETO-LEI Nº 3.365, DE 21 DE JUNHO DE 1941 992	<i>Desapropriação por utilidade pública</i>	LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981 1095	
DECRETO-LEI Nº 3.688, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941 995	<i>Lei das Contravenções Penais</i>	LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984 1099	
DECRETO-LEI Nº 911, DE 1º DE OUTUBRO DE 1969 1021	<i>Alienação fiduciária</i>	LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985 1111	
▪ LEIS ORDINÁRIAS		LEI Nº 7.357, DE 2 DE SETEMBRO DE 1985 1113	
LEI Nº 605, DE 5 DE JANEIRO DE 1949 998	<i>Repouso semanal remunerado</i>	LEI Nº 7.492, DE 16 DE JUNHO DE 1986 1116	
LEI Nº 1.060, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1950 999	<i>Assistência judiciária gratuita</i>	LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989 1117	
LEI Nº 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950 1000	<i>Crimes de responsabilidade</i>	LEI Nº 7.783, DE 28 DE JUNHO DE 1989 1118	
LEI Nº 1.521, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1951 1004	<i>Crimes contra a economia popular</i>	LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989 1119	
LEI Nº 4.090, DE 13 DE JULHO DE 1962 1005	<i>Gratificação de Natal</i>		

LEI Nº 7.913, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1989 <i>Ação Civil Pública</i>	1121	LEI Nº 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996..... <i>Propriedade Industrial</i>	1219
LEI Nº 7.960, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1989 <i>Prisão temporária</i>	1121	LEI Nº 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996 <i>Interceptação telefônica</i>	1231
LEI Nº 8.009, DE 29 DE MARÇO DE 1990..... <i>Impenhorabilidade do bem de família</i>	1122	LEI Nº 9.307, DE 23 DE SETEMBRO DE 1996..... <i>Lei da arbitragem</i>	1232
LEI Nº 8.021, DE 12 DE ABRIL DE 1990 <i>Contribuintes</i>	1122	LEI Nº 9.434, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997..... <i>Transplantes</i>	1235
LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990 <i>Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS</i>	1123	LEI Nº 9.455, DE 7 DE ABRIL DE 1997 <i>Crimes de tortura</i>	1236
LEI Nº 8.038, DE 28 DE MAIO DE 1990..... <i>Recurso Especial e Extraordinário</i>	1131	LEI Nº 9.494, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997 <i>Tutela antecipada</i>	1237
LEI Nº 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990 <i>Crimes hediondos</i>	1133	LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997 <i>Eleições</i>	1237
LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990 <i>Servidores Públicos</i>	1134	LEI Nº 9.507, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1997 <i>Habeas data</i>	1255
LEI Nº 8.137, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990 <i>Crimes contra a ordem tributária</i>	1150	LEI Nº 9.601, DE 21 DE JANEIRO DE 1998..... <i>Contrato de trabalho por prazo determinado</i>	1255
LEI Nº 8.176, DE 8 DE FEVEREIRO DE 1991 <i>Crimes contra a ordem econômica</i>	1151	LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998..... <i>Crimes ambientais</i>	1256
LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991 <i>Lei Orgânica da Seguridade Social</i>	1152	LEI Nº 9.608, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1998..... <i>Serviço voluntário</i>	1262
LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991 <i>Lei de Benefícios da Previdência Social</i>	1165	LEI Nº 9.609, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998..... <i>Propriedade intelectual de programas de computador</i>	1262
LEI Nº 8.245, DE 18 DE OUTUBRO DE 1991 <i>Lei de locação</i>	1182	LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998..... <i>Direitos autorais</i>	1263
LEI Nº 8.397, DE 6 DE JANEIRO DE 1992..... <i>Medida Cautelar Fiscal</i>	1188	LEI Nº 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998..... <i>"Lavagem" de dinheiro</i>	1271
LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992 <i>Improbidade Administrativa</i>	1189	LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999 <i>Processo Administrativo</i>	1274
LEI Nº 8.629, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1993..... <i>Reforma Agrária</i>	1194	LEI Nº 9.800, DE 26 DE MAIO DE 1999..... <i>Sistema de transmissão de dados</i>	1278
LEI Nº 8.934, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994 <i>Registro Público de Empresas Mercantis</i>	1199	LEI Nº 9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999 <i>ADI e ADC</i>	1278
LEI Nº 8.971, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1994 <i>Lei dos companheiros</i>	1202	LEI Nº 9.882, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1999 <i>ADPF</i>	1280
LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995..... <i>Serviços Públicos</i>	1202	LEI Nº 10.101, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000 <i>Participação dos Lucros</i>	1290
LEI Nº 9.051, DE 18 DE MAIO DE 1995 <i>Expedição de certidões</i>	1207	LEI Nº 10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001 <i>Juizados Especiais Federais</i>	1293
LEI Nº 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995..... <i>Partidos Políticos</i>	1207	LEI Nº 10.303, DE 31 DE OUTUBRO DE 2001 <i>Sociedades Anônimas e Mercado de Valores Mobiliários</i>	1295
LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995..... <i>JEC e JECRIM</i>	1214	LEI Nº 10.792, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2003..... <i>Regime Disciplinar Diferenciado</i>	1295
LEI Nº 9.278, DE 10 DE MAIO DE 1996..... <i>União Estável</i>	1219	LEI Nº 11.079, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004 <i>Parceria Público-Privada</i>	1296

ÍNDICE CRONOLÓGICO

LEI Nº 11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005.....	1300	LEI Nº 12.594, DE 18 DE JANEIRO DE 2012.....	1373
<i>Falências</i>		<i>Sinase</i>	
LEI Nº 11.105, DE 24 DE MARÇO DE 2005.....	1323	LEI Nº 12.690, DE 19 DE JULHO DE 2012	1379
<i>Biossegurança</i>		<i>Cooperativas de trabalho</i>	
LEI Nº 11.107, DE 6 DE ABRIL DE 2005	1327	LEI Nº 12.694, DE 24 DE JULHO DE 2012	1381
<i>Consórcios públicos</i>		<i>Organização criminosa</i>	
LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006.....	1329	LEI Nº 12.741, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2012	1382
<i>Lei Maria da Penha</i>		<i>Medidas de esclarecimento ao consumidor</i>	
LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006.....	1333	LEI Nº 12.830, DE 20 DE JUNHO DE 2013	1383
<i>Drogas</i>		<i>Investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia</i>	
LEI Nº 11.417, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006	1341	LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013	1383
<i>Súmula vinculante</i>		<i>Lei Anticorrupção</i>	
LEI Nº 11.419, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006	1342	LEI Nº 12.850, DE 2 DE AGOSTO DE 2013.....	1386
<i>Informatização do processo judicial</i>		<i>Organização Criminosa</i>	
LEI Nº 11.636, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007	1344	LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014.....	1389
<i>Custas judiciais</i>		<i>Marco Civil da Internet</i>	
LEI Nº 11.638, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007	1344	LEI Nº 12.984, DE 2 DE JUNHO DE 2014	1392
<i>Demonstrações financeiras</i>		<i>Discriminação dos portadores de HIV</i>	
LEI Nº 11.705, DE 19 DE JUNHO DE 2008	1345	LEI Nº 13.140, DE 26 DE JUNHO DE 2015	1395
<i>Lei Seca</i>		<i>Mediação e autocomposição</i>	
LEI Nº 11.770, DE 9 DE SETEMBRO DE 2008.....	1345	LEI Nº 13.165, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.....	1398
<i>Licença-maternidade</i>		<i>Reforma eleitoral</i>	
LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008.....	1346	LEI Nº 13.185, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2015	1399
<i>Estágio</i>		<i>Bullying</i>	
LEI Nº 11.804, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2008	1348	LEI Nº 13.188, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015	1399
<i>Alimentos gravídicos</i>		<i>Direito de resposta</i>	
LEI Nº 12.010, DE 3 DE AGOSTO DE 2009.....	1348	LEI Nº 13.260, DE 16 DE MARÇO DE 2016.....	1402
<i>Adoção</i>		<i>Lei Antiterrorismo</i>	
LEI Nº 12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009.....	1348	LEI Nº 13.271, DE 15 DE ABRIL DE 2016.....	1403
<i>Mandado de segurança</i>		<i>Revista íntima</i>	
LEI Nº 12.037, DE 1º DE OUTUBRO DE 2009	1350	LEI Nº 13.300, DE 23 DE JUNHO DE 2016	1405
<i>Identificação Criminal</i>		<i>Mandado de injunção</i>	
LEI Nº 12.153, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009	1351	LEI Nº 13.344, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016	1406
<i>Juizados Especiais da Fazenda Pública</i>		<i>Tráfico de pessoas</i>	
LEI Nº 12.318, DE 26 DE AGOSTO DE 2010.....	1352	LEI Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017	1407
<i>Alienação Parental</i>		<i>Lei de Migração</i>	
LEI Nº 12.414, DE 9 DE JUNHO DE 2011	1353	LEI Nº 13.455, DE 26 DE JUNHO DE 2017	1414
<i>Cadastro positivo</i>		<i>Diferenciação de preços</i>	
LEI Nº 12.506, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011	1355	LEI Nº 13.460, DE 26 DE JUNHO DE 2017	1414
<i>Aviso Prévio</i>		<i>Direito do usuário dos serviços públicos</i>	
LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011	1355	LEI Nº 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017	1416
<i>Lei de Acesso à Informação</i>		<i>Regularização fundiária rural e urbana</i>	
LEI Nº 12.529, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011	1360	LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018.....	1426
<i>Defesa da concorrência</i>		<i>Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais</i>	
LEI Nº 12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012.....	1370	LEI Nº 13.869, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019.....	1441
<i>Política Nacional de Mobilidade Urbana</i>		<i>Abuso de autoridade</i>	

LEI Nº 13.874, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019.....	1443	▪ LEIS COMPLEMENTARES	
<i>Declaração de Direitos de Liberdade Econômica</i>			
LEI Nº 13.966, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2019	1445	LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000	1281
<i>Lei de Franquia</i>		<i>Responsabilidade Fiscal</i>	
LEI Nº 14.010, DE 10 DE JUNHO DE 2020	1447	LEI COMPLEMENTAR Nº 105, DE 10 DE JANEIRO DE 2001..	1292
<i>Regime Jurídico Emergencial e Transitório – RJET</i>		<i>Sigilo Bancário</i>	
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021	1447	LEI COMPLEMENTAR Nº 150, DE 1º DE JUNHO DE 2015	1392
<i>Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos</i>		<i>Empregado doméstico</i>	
LEI Nº 14.216, DE 7 DE OUTUBRO DE 2021	1476	LEI COMPLEMENTAR Nº 151, DE 5 DE AGOSTO DE 2015	1397
<i>Proibição de Despejo – COVID-19</i>		<i>Depósitos judiciais e administrativos</i>	
LEI Nº 14.344, DE 24 DE MAIO DE 2022.....	1477	LEI COMPLEMENTAR Nº 152, DE 3 DE DEZEMBRO	1400
<i>Lei Henry Borel</i>		DE 2015	
LEI Nº 14.382, DE 27 DE JUNHO DE 2022	1480	<i>Aposentadoria compulsória por idade</i>	
<i>SERP</i>		LEI COMPLEMENTAR Nº 182, DE 1º DE JUNHO DE 2021	1474
LEI Nº 14.457, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022.....	1488	<i>Marco legal das startups</i>	
<i>Programa Emprega + Mulheres</i>		LEI COMPLEMENTAR Nº 199, DE 1º DE AGOSTO DE 2023 ...	1509
LEI Nº 14.478, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022	1491	<i>Estatuto de Simplificação de Obrigações Tributárias.</i>	
<i>Marco Regulatório dos Criptoativos</i>		▪ INSTRUÇÕES NORMATIVAS	
LEI Nº 14.597, DE 14 DE JUNHO DE 2023	1492	IN TST Nº 39, DE 15 DE MARÇO DE 2016.....	1401
<i>Lei Geral do Esporte</i>		<i>Normas do CPC aplicáveis ao Processo do Trabalho</i>	
LEI Nº 14.711, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 (EXCERTOS) ...	1509	IN TST Nº 41, DE 21 DE JUNHO DE 2018	1425
<i>Marco legal das garantias</i>		<i>Processo do Trabalho</i>	
LEI Nº 14.811, DE 12 DE JANEIRO DE 2024.....	1510	▪ MEDIDA PROVISÓRIA	
<i>Criminalização do Bullying e do Cyberbullying</i>		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.172-32, DE 23 DE AGOSTO	1295
		DE 2001	
		<i>Inversão do ônus da prova</i>	

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR ON-LINE

LEIS COMPLEMENTARES

LEI COMPLEMENTAR Nº 135, DE 4 DE JUNHO DE 2010

Altera a Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o § 9º do art. 14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato.

LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 7 DE AGOSTO DE 2014

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis nºs 5.889, de 8 de junho de 1973, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 9.099, de 26 de setembro de 1995, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e dá outras providências.

(Vigência: 1º de janeiro de 2015)

LEI COMPLEMENTAR Nº 148, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; dispõe sobre critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados, o Distrito Federal e Municípios; e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 155, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes pelo Simples Nacional; altera as Leis nºs 9.613, de 3 de março de 1998, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e revoga dispositivo da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

LEI COMPLEMENTAR Nº 157, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016

Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), e a Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, que "dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidos, pertencentes aos Municípios, e dá outras providências".

DECRETOS-LEIS

DECRETO-LEI Nº 1.608, DE 18 DE SETEMBRO DE 1939

Código de Processo Civil.

DECRETO-LEI Nº 73, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1966

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências.

DECRETOS

DECRETO Nº 591, DE 6 DE JULHO DE 1992

Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação

DECRETO Nº 8.538, DE 6 DE OUTUBRO DE 2015

Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.

DECRETO Nº 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016

Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

DECRETO Nº 8.742, DE 4 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre os atos notariais e de registro civil do serviço consular brasileiro e da dispensa de legalização no Brasil das assinaturas e atos emanados das autoridades consulares brasileiras.

DECRETO Nº 9.094, DE 17 DE JULHO DE 2017

Regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. (Ementa com redação dada pelo Decreto nº 9.723/2019)

DECRETO Nº 9.508, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

Cotas para pessoas com deficiência.

DECRETO Nº 9.586, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2018

Institui o Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres e o Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica.

DECRETO Nº 9.603, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

Regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

DECRETO Nº 9.991, DE 28 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento.

LEIS

LEI Nº 8.866, DE 11 DE ABRIL DE 1994

Dispõe sobre o depositário infiel de valor pertencente à Fazenda Pública e dá outras providências.

LEI Nº 10.446, DE 8 DE MAIO DE 2002

Dispõe sobre infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme, para os fins do disposto no inciso I do § 1º do art. 144 da Constituição.

LEI Nº 10.684, DE 30 DE MAIO DE 2003

Altera a legislação tributária, dispõe sobre parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social e dá outras providências.

LEI Nº 12.619, DE 30 DE ABRIL DE 2012

Dispõe sobre o exercício da profissão de motorista; altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e 12.023, de 27 de agosto de 2009, para regular e disciplinar a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional; e dá outras providências.

LEI Nº 12.790, DE 14 DE MARÇO DE 2013

Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de comerciário.

LEI Nº 12.874, DE 29 DE OUTUBRO DE 2013

Altera o art. 18 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, para possibilitar às autoridades consulares brasileiras celebrarem a separação e o divórcio consensuais de brasileiros no exterior.

LEI Nº 13.010, DE 26 DE JUNHO DE 2014

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

LEI Nº 13.243, DE 11 DE JANEIRO DE 2016

Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015.

LEI Nº 13.363, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estipular direitos e garantias para a advogada gestante, lactante, adotante ou que der à luz e para o advogado que se tornar pai.

LEI Nº 13.431, DE 4 DE ABRIL DE 2017

Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

LEI Nº 13.432, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre o exercício da profissão de detetive particular

LEI Nº 13.446, DE 25 DE MAIO DE 2017

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para elevar a rentabilidade das contas vinculadas do trabalhador por meio da distribuição de lucros do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e dispor sobre possibilidade de movimentação de conta do Fundo vinculada a contrato de trabalho extinto até 31 de dezembro de 2015.

LEI Nº 13.457, DE 26 DE JUNHO DE 2017

Altera as Leis nos 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória da Carreira de Perito Médico Previdenciário e da Carreira de Supervisor Médico-Pericial; e institui o Bônus Especial de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade.

LEI Nº 13.506, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre o processo administrativo sancionador na esfera de atuação do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários; e dá outras providências.

LEI Nº 13.606, DE 9 DE JANEIRO DE 2018

Institui o Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) na Secretaria da Receita Federal do Brasil e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.870, de 15 de abril de 1994, 9.528, de 10 de dezembro de 1997, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 10.522, de 19 de julho de 2002, 9.456, de 25 de abril de 1997, 13.001, de 20 de junho de 2014, 8.427, de 27 de maio de 1992, e 11.076, de 30 de dezembro de 2004, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e dá outras providências.

LEI Nº 13.675, DE 11 DE JUNHO DE 2018

Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012.

LEI Nº 13.872, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

Estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União.

ESTATUTO**ESTATUTO DOS REFUGIADOS – LEI Nº 9.474, DE 22 DE JULHO DE 1997**

Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências.

RESOLUÇÕES**RESOLUÇÃO CNMP Nº 23, DE 17 DE SETEMBRO DE 2007**

Regulamenta os artigos 6º, inciso VII, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e os artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/9193, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação do inquérito civil.

RESOLUÇÃO CNMP Nº 36, DE 6 DE ABRIL DE 2009

Dispõe sobre o pedido e a utilização das interceptações telefônicas, no âmbito do Ministério Público, nos termos da Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996.

RESOLUÇÃO CJF Nº 459, DE 5 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre a regulamentação dos procedimentos relativos à expedição de ofícios requisitórios pelos Centros Judiciais de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSCONs e pelas demais unidades de conciliação, em procedimentos pré-processuais, no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

RESOLUÇÃO CNJ Nº 354, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

Dispõe sobre o cumprimento digital de ato processual e de ordem judicial e dá outras providências.

PROVIMENTOS

PROVIMENTO CFOAB Nº 164, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

Cria o Plano Nacional de Valorização da Mulher Advogada e dá outras providências.

PROVIMENTO CFOAB Nº 166, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a advocacia pro bono.

PROVIMENTO CFOAB 169, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre as relações societárias entre sócios patrimoniais e de serviços, e o advogado associado previsto no art. 39 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil.

PROVIMENTO CFOAB Nº 170, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

Dispõe sobre as sociedades unipessoais de advocacia.

PROVIMENTO CFOAB Nº 175, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a digitalização e guarda de autos de processos administrativos, disciplinares, de inscrição de advogados, estagiários e consultores em direito estrangeiro e de registro de atos de sociedades de advogados. (Redação dada pelo Provimento CFOAB 203/2021)

INSTRUÇÕES NORMATIVAS TST

INSTRUÇÃO NORMATIVA TST Nº 38, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015

Regulamenta o procedimento do Incidente de Julgamento dos Recursos de Revista e de Embargos à SbDI-1 repetitivos.

INSTRUÇÃO NORMATIVA TST Nº 40, DE 15 DE MARÇO DE 2016

Dispõe sobre o cabimento de agravo de instrumento em caso de admissibilidade parcial de recurso de revista no Tribunal Regional do Trabalho e dá outras providências.

SÚMULAS

TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

FONAJE - FÓRUM NACIONAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

ENUNCIADOS ADMINISTRATIVOS - STJ

SÚMULAS DO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS (EXTINTO)

I JORNADA DE DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL - CJF